

192

OS POSITIVISTAS RELIGIOSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Rodrigo de Azevedo Weimer, Gunter Axt* (Departamento de História – IFCH – UFRGS)

Este trabalho objetiva apreender relações de poder internas ao aparelho burocrático do Estado castilhistaborgista, considerando a vigência de um sistema coronelista no Rio Grande do Sul tal como no restante do Brasil. Para tanto, analisamos especificamente o caso dos positivistas religiosos alojados no interior da Secretaria de Obras Públicas (Faria Santos, Carlos Torres Gonçalves e Felizardo Júnior), estudando as relações de poder estabelecidas entre eles e Borges de Medeiros. Por ora, deixamos de lado a sua intervenção na sociedade. As fontes utilizadas para a pesquisa foram a correspondência entre os membros rio-grandenses e cariocas da Capela Positivista, e entre Borges de Medeiros e os referidos positivistas gaúchos que participavam da administração pública. Verifica-se que essa interface administrativa tinha uma autonomia relativa em relação ao foco do poder executivo, concretizada na proposição de políticas públicas e na solicitação de aposentadorias e cargos públicos para parentes, amigos ou correligionários. Pretendemos verificar o alcance e os limites dessa autonomia relativa e também analisar o papel político desempenhado pelos positivistas religiosos diante das demais relações de poder da estrutura administrativa do Estado.